



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Antônia Lúcia

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026

(Da Sra. Antônia Lúcia)

Requer a realização de Mesa Redonda, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, com a participação de Ministros de Estado e representantes de órgãos competentes, para dar continuidade ao debate acerca da concessão das hidrovias do Arco Norte.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro seja submetida ao Plenário desta Comissão a realização de **Mesa Redonda**, com a participação de autoridades do Poder Executivo e demais representantes de órgãos competentes, com o objetivo de aprofundar o debate acerca do Decreto nº 12.600/2025 e da estruturação das hidrovias do Arco Norte.

Para tanto, propõe-se o convite aos seguintes órgãos e autoridades:

- Ministério dos Transportes
- Ministério da Saúde
- Ministério da Justiça e Segurança Pública
- Ministério de Portos e Aeroportos
- Ministério da Fazenda
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Superintendente Nacional-DNIT
- CNI - Confederação Nacional da Indústria
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas- FUNAI
- SEST/SENAT
- Silvia Waiãpi – Representante indígena e ex-Deputada Federal
- Simonie Mayara – Representante do Instituto Livre Mercado
- Célia Xakriabá- Deputada Federal

JUSTIFICAÇÃO

A realização da presente Mesa Redonda decorre da Audiência Pública promovida por esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, na qual foram discutidos os impactos e as perspectivas relacionados ao Decreto nº 12.600, de 2025, que trata da concessão e gestão das hidrovias brasileiras, especialmente na região Norte.



O debate evidenciou a relevância do tema para o desenvolvimento econômico e social do País, tendo em vista que a infraestrutura hidroviária desempenha papel estratégico na logística nacional, especialmente em regiões onde o transporte fluvial é essencial para o abastecimento, a mobilidade e a integração econômica.

A região Norte, em particular, depende fortemente das hidrovias para o transporte de alimentos, combustíveis, medicamentos e passageiros, sendo diretamente impactada pelas condições de navegabilidade dos rios. A melhoria dessa infraestrutura pode contribuir significativamente para a redução de custos logísticos, o aumento da competitividade econômica e a melhoria da qualidade de vida da população.

Por outro lado, o tema envolve questões sensíveis relacionadas à preservação ambiental, ao respeito às comunidades tradicionais e à necessidade de observância de normas nacionais e internacionais, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata da consulta prévia aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a ampliação do diálogo institucional entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo e a sociedade civil, de modo a construir soluções equilibradas que conciliem desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e justiça social.

A realização da Mesa Redonda permitirá um debate mais aprofundado e integrado entre os diversos órgãos governamentais e especialistas envolvidos, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à infraestrutura hidroviária e ao desenvolvimento regional.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em 20 de março de 2026.

ANTÔNIA LÚCIA
Deputada Federal – REPUBLICANOS/AC

